

Autor: Vaz de Almeida

Organizações que usam linguagem inclusiva são mais literadas



A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência apela para uma maior consciência dos estereótipos, e para os evitar como abstermo-nos de usar uma linguagem estigmatizante.

Em 2008 uma [Resolução do Conselho de Ministros \(nº 161/2008 de 22-10-2008\)](#) adotou medidas de promoção da transversalidade da perspetiva de género na administração central do Estado e aprova o estatuto das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade, bem como dos membros das equipas interdepartamentais para a igualdade.

Nesta resolução (2008) é afirmado que se devem “desenvolver práticas não discriminatórias da linguagem, tais como:

1. **a) a referência explícita aos dois sexos e;**
2. **b) a neutralização ou abstração da referência sexual, recorrendo a uma mesma forma neutra para designar ambos os sexos (Resolução 161/2008).**

Soares (2017) afirma que “para escrever de forma inclusiva, não é necessário reinventar a roda” (p. 2), isto porque já existem manuais orientadores, como o “Guia” de Abranches (2010) para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na administração pública (2008).

O QUE É UMA LINGUAGEM INCLUSIVA?

A linguagem inclusiva evita a utilização de expressões pejorativas ou que excluam pessoas devido à sua idade, género, orientação sexual, raça, convicções religiosas ou outras, etnia, classe social ou características físicas ou mentais.

É preciso evitar recorrer, mesmo que involuntariamente, a uma linguagem marcada por estereótipos, humilhante, paternalista ou pejorativa (Secretariado-Geral do Conselho da Europa, 2018).

A linguagem inclusiva assim como uma linguagem clara é aquela que os seus destinatários compreendem à primeira.

A linguagem clara pode ser expressa de várias formas. A escrita clara não é apenas sobre linguagem, mas também reflete comunicação e comportamentos.

Temos consciência que mudar o comportamento das pessoas leva tempo, sendo necessário ter paciência neste processo. Quanto mais específico o projeto, mais duradouro é o efeito que tem.

Quando pensamos em comunicação pública, integramos todos os setores de serviços essenciais como os do fornecimento de água, luz, sistemas de segurança social e de saúde onde a linguagem verbal e não verbal usada pelos colaboradores das várias organizações deve ser clara, simples, concisa e conter informações completas e precisas

Além da linguagem oral, a escrita clara traduz-se numa ferramenta de eficiência, que também contribui para a diminuição do erro.

A escrita clara não é apenas sobre linguagem, mas comunicação e comportamento.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência defende que deve haver consciência de linguagem inclusiva, apelando a todos o combate aos estereótipos e ao uso de uma linguagem que pode ser humilhante, paternalista ou pejorativa (Secretariado-Geral do Conselho da Europa, 2018).

GRUPOS DE TRABALHO

Tiveram que passar quase 10 anos para em 2017 ser criado um grupo de trabalho interinstitucional de língua portuguesa sobre linguagem inclusiva que caminhasse neste sentido de inclusão e por isso também para um processo de literacia em saúde dos indivíduos e das organizações relativamente ao uso de uma linguagem compreensível e acessível a todos de acordo com o seu perfil (Shriver, Cheek & Mercer, 2010).

As palavras refletem as nossas atitudes e convicções e é precisamente por isso que importa utilizar as palavras certas, E nenhuma pessoa gosta de ser identificada pela sua deficiência (Secretariado-Geral do Conselho da Europa, 2018).

A nível europeu, a linguagem inclusiva “assegura a coerência entre os valores da UE (como a igualdade e a não discriminação, princípios consagrados nos Tratados) e as mensagens que esta veicula (Soares, 2017).

AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OUTRAS DESIGNAÇÕES

As indicações estendem-se a todos os profissionais e, mais especificamente, aos de saúde, que lidam rotineiramente com pessoas com deficiência.

Relativamente às pessoas com deficiência, o profissional de saúde deve avaliar o perfil do seu paciente, o seu nível da sua literacia em saúde e ajustar a sua capacidade de comunicação, adaptando ainda o seu discurso (Watson Institute, 2020). Por exemplo, a repetição dos conceitos de uma forma mais lenta e audível, permite que o paciente vá acompanhando, e retenha mais facilmente a informação a transmitir. O desenvolvimento de competências do profissional de saúde através do reforço dos seus conhecimentos, capacidade e atributos pessoais, é essencial (Vaz de Almeida, 2020).

De acordo com a WHO (2020) a comunicação deve ser acessível, acionável, credível, relevante, atempada e compreensível.

Porém, porque ainda não dominam a linguagem mais atualizada e inclusiva, muitos ainda utilizam expressões que podem ser estigmatizantes como chamara de “cego” ou “surdo” por exemplo. Então como proceder? (Quadro 1).

Quadro 1. A Referência à “pessoa”.